



1 **Ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência de Franca –**  
2 **CMPCD, realizada no dia cinco de Outubro de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta**  
3 **minutos.** Reuniram-se os membros do CMPCD, na plataforma de videoconferência da Prefeitura,  
4 para a 10ª Reunião Ordinária deste Conselho. A Presidente Sandra, cumprimentou todos, abriu a  
5 Reunião e passou à Secretária Executiva Mariangela que realizou a leitura da Ordem do Dia,  
6 conforme segue. **Ordem do dia: 1.1. Registro das presenças: Verificação de quórum,** que foi  
7 confirmado; **Conselheiros Titulares:** André Carloni, Zélia Ribeiro, Eliana Silva, Genecy Dias,  
8 Renata Vieitez, Fernando da Silva, Ismar Carrijo, Sandra Pedigone, Daniele Ferraz e Gustavo  
9 Rodrigues; **Conselheiros Suplentes:** Gisele e Karla J. Borges; **Convidados:** Rita Capel (Associação  
10 dos Surdos) e Ana Cláudia (Adefi); **1.2. Registro das ausências: Justificadas:** Angélica Peroni,  
11 Juliana, Viviane, Efigênia, Marina, Thales, Alex Sandro, Adriano, Edison, Andreia, Cristina, Izabel,  
12 Juliana Rocha e José Mauro; **Injustificadas:** Maria Moreira, Guilherme Sicchierolli, Sylvio Castro,  
13 Danielle Silva, Paloma Rodrigues, Renato Silva e Tamara Rossi; **2. Aprovação da pauta:** foi  
14 aprovada sem ressalvas; **3. Referendo de aprovação das atas:** Comentou-se acerca de 1 ata  
15 aprovada e de 8 atas pendentes de confecção, para além da de hoje; Karla disse que redigirá as 2 atas  
16 designadas à Daniele. Mariangela enfatizou a necessidade de que sejam redigidas as atas faltantes,  
17 mesmo porque, ao final do ano, elas precisam ser enviadas ao Ministério Público de São Paulo  
18 (MPSP). Providenciará uma tabela a ser apresentada na próxima reunião, de modo que retrate a  
19 situação das atas de 2021; **4. Assuntos: 4.1. Deliberação do responsável pela confecção da ata da**  
20 **Reunião Ordinária de hoje 05/10:** O Sr. André Ramos Carloni se responsabilizou pela mesma; **4.2.**  
21 **Devolutiva sobre os assuntos/pautas/encaminhamentos em relação: 4.2.1. Informações**  
22 **atualizadas sobre o processo de Renovação da Gestão do CMPCD para o biênio 2021-2023:**  
23 Publicação da Resolução no DOM (Diário Oficial do Município) em 01/10; Inscrições no período de  
24 04/10 a 18/10 pelo formulário Google Forms / elaboração de matéria para divulgação na imprensa,  
25 etc. / divulgação das inscrições nas redes sociais do CMPCD e nos grupos e contatos dos  
26 Conselheiros / Plenária para Eleição da Sociedade Civil em 16/11 / Posse em 07/12 / Eleição da  
27 Mesa Diretora em 01/02/2022; Mariangela iniciou o assunto informando sobre a Publicação da  
28 Resolução no DOM (Diário Oficial do Município) em 01/10 e que as inscrições já estão abertas e  
29 irão até o dia 18/10 pelo formulário Google Forms. Perguntou se os presentes já realizaram suas  
30 inscrições, pois faz-se necessária a adesão por parte do Colegiado, visto a importância de que todos  
31 se apropriem desse espaço de discussão e deliberação, necessitando, para tanto, de inscrição de e-  
32 mail pelo *Gmail*. Fernando quis saber se as Entidades devem continuar encaminhando inscrições  
33 para o Conselho ou se houve mudança. Mariangela explicou que é necessário entrar em contato com



34 a Entidade, a fim de verificar se haverá indicação por ela, caso não haja indicação, pode haver a  
35 candidatura pela pessoa interessada mesma, na condição de representante da Entidade, desde que de  
36 comum acordo entre as partes. Foi levantada a possibilidade de simplificação da documentação  
37 necessária para a inscrição, o que será providenciada. Mariangela alertou que a composição da  
38 Gestão venceu em 10/09/2021, no entanto, houve prorrogação até 31/12/2021, tempo suficiente para  
39 haver nova composição de Conselheiros. Foi explicado, igualmente, em relação à renovação do  
40 Colegiado e ao processo eleitoral do CMPCD. No Artigo 3º, da RESOLUÇÃO n.º 04 /2021 do  
41 CMPCD, está exposto que cada Entidade poderá indicar um representante em até dois segmentos,  
42 isto é, a mesma pessoa poderá concorrer em até duas vagas, inclusive para suplência. Atentou-se que  
43 as Entidades podem entrar em acordo para as indicações de titulares e suplentes. Caso contrário,  
44 haverá eleições, visto que, em alguns segmentos, há mais de uma Entidade que desenvolve trabalhos  
45 com esta população específica. Ainda assim, mesmo as Entidades que não possuem representação  
46 própria, podem votar. Desta forma, citou que as Entidades que representam o segmento das pessoas  
47 com deficiência física são a Adefi e a Caminhar; a que representa as pessoas com deficiência visual  
48 é a Sociedade dos Cegos; as da deficiência auditiva, são a Apada e a ASF; as da deficiência  
49 intelectual, tem-se a Apae, Apaaf, CEI e Crer para Ver e na deficiência múltipla, Apae, Residência  
50 Inclusiva e Caminhar. Para além disso, há a possibilidade de que estas citadas Entidades se  
51 inscrevam no segmento das Entidades não governamentais, prestadoras de serviços às pessoas com  
52 deficiência, para além da UNIFRAN e SANTA CASA, pois se encaixam na definição e, por fim,  
53 tem-se as vagas para os representantes de usuários com deficiência, atendidos em todos os serviços  
54 citados. Para melhores esclarecimentos, foram citados diversos exemplos de outros Conselhos e  
55 Gestões anteriores e explicado novamente sobre o formulário de inscrição. Na sequência, falou da  
56 importância da elaboração da matéria para divulgação na imprensa e também a divulgação das  
57 inscrições nas redes sociais do CMPCD e nos grupos e contatos dos Conselheiros. Citou a Plenária  
58 para Eleição da Sociedade Civil que ocorrerá em 16/11, seguida da Posse em 07/12 e da Eleição da  
59 Mesa Diretora em 01/02/2022. **4.2.2. Reunião da Mesa Diretora e das Entidades de atendimento**  
60 **às Pessoas com Deficiência, com a equipe da Secretaria de Saúde, sobre os Fluxos de**  
61 **atendimento às PcD na rede pública de saúde:** As reuniões para debater o fluxo de atendimento  
62 às Pessoas com Deficiência Intelectual foram realizadas em 27/08, 15/09 e 21/09, bem como os  
63 momentos de Capacitação das Equipes de Atenção Básica da Secretaria de Saúde, em relação aos  
64 fluxos das PcD, em 2 turmas às 9h00 e às 14h00 em 27 de outubro; Deficiência Visual em 17/09;  
65 Deficiência Física em 01/10, Deficiência Auditiva em 05/11. Deu-se ênfase neste último encontro,  
66 visto que houve postergação de data. Sandra alertou a todos acerca da discussão sobre a deficiência

67 intelectual, que teve como desdobramento a aprovação de capacitação de todos os profissionais  
68 envolvidos nesse segmento. Sandra, Karla, Mariangela e Viviane discutirão acerca do formato desta  
69 capacitação; **4.2.3. Reunião Conjunta com o CMAS, COMUPI, CMS sobre o fornecimento de**  
70 **fraldas pela rede pública, às Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em 20/09:** Mariangela  
71 esclareceu que foi uma reunião conjunta com as Mesas Diretoras dos Conselhos envolvidos, visando  
72 dar respostas ao Ministério Público sobre as questões de como as pessoas tiveram acesso às fraldas,  
73 como foram disponibilizadas, se houve registro dessas pessoas, se há listagem de demanda  
74 reprimida por fraldas, qual a quantidade fornecida, dentre outros pontos, por parte das OSCs e  
75 também da Secretaria Municipal de Saúde. Segundo Mariangela, viu-se que não há listagem de  
76 demanda reprimida registrada na maioria dos serviços de atendimento. Houve consulta às Entidades  
77 e verificou-se que, do universo de 337 idosos e PcD que fazem uso de fralda, 67,13% o conseguiram  
78 via ação judicial. Acredita-se ser preocupante, visto que os usuários não possuem acesso a bens e  
79 serviços via política pública. Para Ana Cláudia, da Adefi, quando há necessidade de mudança da  
80 numeração da fralda, por exemplo, é necessário recomeçar do zero todo o processo de solicitação,  
81 não sendo algo prático, rápido e eficiente. Mariangela complementou dizendo que já houveram  
82 outras tentativas de mudanças nesse processo, no entanto, a Secretaria de Saúde foi irredutível.  
83 Devido a isto, não se retomou as solicitações, mesmo porque há Entidades que não possuem o  
84 registro das informações, o que foi sugerido que elas o fizessem. Fernando sugeriu que fossem  
85 levadas ao Ministério Público estas questões apresentadas. Mariangela respondeu que já foi  
86 elaborado ofício a esse respeito e que resgatará posteriormente estas informações para os  
87 encaminhamentos futuros; **4.3. Residência Inclusiva e Abordagem Social da População em**  
88 **situação de rua:** Este item da pauta foi inserido inicialmente pela APAE, na pessoa de Viviane. No  
89 entanto, pela ausência da Conselheira, haverá a reposição deste para a pauta da próxima reunião  
90 ordinária do CMPCD; **4.4. Associação dos Surdos solicita autorização para emissão da**  
91 **credencial da gratuidade das PcD nos eventos realizados nos próprios públicos:** Foi explanado  
92 por Mariangela que a Maria Rita Capel deverá formalizar a solicitação em nome da Associação dos  
93 Surdos por e-mail, não havendo necessidade de ser via ofício, o que será providenciado. Além disso,  
94 comentou que se requer a deliberação com critérios e especificações, tais como em caso de perda,  
95 extravio, mudança de cidade. Desta forma, vê-se a premência de reunião para orientação individual,  
96 evitando-se inclusive duplicidade de concessão. Mariangela solicita que haja levantamento da  
97 quantidade necessária destes cartões, a fim de que se possa evitar a republicação em resolução da  
98 numeração usada pelas Entidades, visto a burocracia deste procedimento. Inclusive, sugere que seja  
99 realizada uma instrução normativa evitando, assim, a revisão sistemática da resolução. Sandra



100 sugere que seja realizada consulta junto às Entidades, visando levantar a quantidade de credenciais  
101 solicitadas e utilizadas. Mariangela destaca que a 1ª alteração se deu em 2018, quando incluíram a  
102 Apaaf. Houve, desta forma, a solicitação de cartões para a Apae (numeração 3000 a 5000), a Adefi  
103 (5001 a 6001), o CEI (6002 a 7002), a Apada (7003 a 8003), a Sociedade dos Cegos (8004 a 8504),  
104 a Caminhar (8505 a 9505) e a Apaaf (9506 a 10506); **5. Informes Gerais: 5.1. Contratação da**  
105 **Jovem Aprendiz Maria Clara para a Secretaria Executiva do CMPCD, COMUPI,**  
106 **COMDECON e CORDE:** Mariangela disse que a Jovem Aprendiz Maria Clara iniciou seus  
107 trabalhos junto ao Setor de Assessoria aos Conselhos e portanto ao CMPCD em 26/09/2021. Ela  
108 possui 15 anos e é PcD, visto que tem perda visual significativa. Informou que já está sendo  
109 providenciada a acessibilidade dos documentos e equipamentos que a mesma utilizará. Maria Clara  
110 não estava presente na reunião, pois estuda no período da manhã. Maria Rita sugeriu a aquisição de  
111 um programa de ampliação da tela e enviou o link via *Whatsapp*; **5.2. Decreto Federal nº. 10.812**  
112 **de 27/09/2021, que altera o Decreto nº. 10.177 de 15/12/2019, que dispõe sobre o CONADE:** Foi  
113 explanado por Mariangela que houve a supressão do artigo 4º do Decreto, o que configura em  
114 retrocesso, frisando que outros Conselhos passam pelo mesmo processo. Sandra complementou  
115 dizendo ser o desmonte das conquistas anteriores; **5.3. Lei Estadual nº. 17.389 de 28/07/2021, que**  
116 **dispõe sobre a proibição da queima, soltura, comercialização, armazenamento e transporte de**  
117 **fogos de artifício com estampido no Estado de São Paulo:** Mariangela citou que na reunião  
118 ordinária do CMPCD do mês anterior foi analisado o projeto de lei, no entanto, já houve a  
119 aprovação da lei e que portanto, está assegurada a proibição dos fogos com estampido no Estado de  
120 São Paulo, corroborando com a Lei Municipal do município. Caberá a todos a fiscalização pelo  
121 cumprimento da Lei; **5.4. RESOLUÇÃO GABSECSAÚDE/020/2021 DE 09 de setembro de**  
122 **2021, que estabelece o protocolo municipal para normatização da dispensação de**  
123 **pilhas/baterias para aparelhos de amplificação sonora individual:** Mariangela reforçou a  
124 importância desta Resolução e sugeriu que todos se apropriem da mesma. Enfatizou que a  
125 Resolução veio ratificar e oficializar o que já ocorre na prática. Eliana Silva disse que, por não haver  
126 mais o Serviço Social no Setor da Saúde Auditiva, os usuários terão que passar pelo Serviço Social  
127 da Unidade Estatal do território, para análise dos documentos e os encaminhamentos; **5.5.**  
128 **Resolução CMAS – Deliberações da XII Conferência Municipal de Assistência Social, de**  
129 **Franca:** Mariangela destacou a importância dos Conselheiros analisarem as propostas  
130 encaminhadas, para acompanhamento das demandas não atendidas. Fernando solicitou  
131 esclarecimentos acerca da Conferência Municipal das PcD. Mariangela disse da impossibilidade de  
132 poder contribuir, haja vista a grande carga de trabalho que possui com os três Conselhos, e



133 principalmente este ano, com a renovação dos Colegiados dos três Conselhos neste período, além do  
134 fato da sobrecarga de trabalho de cada Conselheiro, sem contar a falta de tecnologia, de intérpretes  
135 de libras, de textos em braille e da não adesão e participação. Porém enfatizou que os Conselheiros  
136 poderão realizá-la se entenderem que dispõem de condições para isso; **5.6. Agenda das Reuniões e**  
137 **Eventos do CMPCD para o terceiro/quarto trimestre de 2021 e 5.7. Agenda das Reuniões e**  
138 **Eventos da Secretaria Executiva para o terceiro/quarto trimestre de 2021:** Mariangela  
139 comentou sobre a importância do acompanhamento das agendas, para todos se inteirarem das ações  
140 realizadas pelo CMPCD e pela Secretaria Executiva; **5.8. Evento Retoma São Paulo.** A Presidente  
141 Sandra informou que Franca é considerada polo de empregabilidade inclusiva e, portanto, haverá a  
142 ação durante todo o dia de hoje, 05/10/2021, visando o emprego inclusivo, como a inserção no  
143 primeiro emprego, a inclusão da PcD, sua permanência no mercado de trabalho. Maria Rita  
144 questionou se há colocações de vagas de emprego em Franca/SP., e se o Conselho possui  
145 capacitação para as PcD e se há possibilidade de parceria com o SEBRAE, por exemplo para essa  
146 capacitação, visto agregar no currículo das PcD. Sandra relatou que há sim vagas publicadas pelo  
147 PAT e Mariangela acrescentou que o CMPCD em 2018-19 realizou a sensibilização das empresas,  
148 frente a mão de obra das PcD, sendo ofertado capacitação, no entanto, destacou que não é atribuição  
149 do Conselho, visto não possuir capacidade operacional para isso, além de não ser um órgão  
150 executivo, sendo essa atribuição do Fórum Permanente das PcD, o qual poderá realizar esse  
151 trabalho, visando a preparação de mão de obra e capacitação, possibilitando a sensibilização,  
152 intermediação e o acompanhamento. Destacou o trabalho do Fórum de erradicação do trabalho  
153 infantil, sendo este aberto à participação. Sandra acrescentou que neste mesmo direcionamento,  
154 existe a Apae e o CEI com projetos de preparação e inclusão das PcD ao trabalho. Fernando também  
155 destacou o serviço do SENAI e do SENAC. **5.9. Apoio Pedagógico na Rede Pública Municipal;**  
156 Karla solicitou a palavra, a fim de informar acerca dos apoios pedagógicos que estão ocorrendo  
157 atualmente nas escolas e solicitou sua inclusão como item de pauta para a próxima reunião ordinária  
158 do CMPCD. Maria Rita questionou se esta ação é realizada pelo 3º setor e como se dá a avaliação  
159 desses profissionais. Karla esclareceu que são OSCs que inserem os profissionais nas escolas e a  
160 avaliação se dá por meio de análise curricular, entrevistas, processos de integração e conhecimento  
161 de suas atribuições. Karla frisou que para as 4 vagas destinadas a apoios pedagógicos as PcD  
162 auditiva não houve procura, ou seja, deu deserta e portanto não haverá o apoio. Maria Rita sugeriu a  
163 revisão do edital, visto ter carga horária alta para um salário não compatível, dando exemplo do  
164 Estado de São Paulo que paga R\$2.400,00 por 20h, contrapondo aos R\$1.836,00 por 40h da  
165 Prefeitura de Franca. Karla explicou que já foi pensada a necessidade de revisão e melhoria para o



**CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA “CMPCD” – FRANCA/SP Biênio**

**2019/2021**

166 próximo edital, para o final do ano e explanou que por ter sido o primeiro edital, houveram alguns  
167 equívocos na sua elaboração. Disse que houve a tentativa inexitosa de buscar referência em outros  
168 municípios. Esclareceu ainda que no Estado de São Paulo, a função proposta é para professor,  
169 enquanto que para a Prefeitura é de apoio. Sem mais a tratar e registrar, a Presidente Sandra Cristina  
170 Calandria Pedigone agradeceu a presença de todos, deu por encerrada a reunião e eu André Ramos  
171 Carloni lavrei a presente ata, que fora revisada pela Secretária Executiva Mariangela Finotti Ribeiro  
172 Mendes e assinada por mim \_\_\_\_\_ e pela Presidente  
173 Sandra Cristina Calandria Pedigone \_\_\_\_\_ . Franca,  
174 30 de Dezembro de 2021.